

Fischer: Ambiguidades de um Discurso Europeu

José Manuel Durão Barroso

Embora a título pessoal, e vinda de um ministro "verde" de um governo SPD, a intervenção de Joschka Fischer sobre a construção europeia parece reflectir os interesses do "establishment" alemão. Afastando-se dos modelos federalistas mais radicais, a proposta do ministro alemão enferma mesmo assim de um conjunto de ambiguidades.

É praticamente aceite por todos os analistas que existe hoje uma crise de liderança na União Europeia, desde que desapareceu o triângulo Delors – Kohl – Mitterand e, ao mesmo tempo, uma debilitação do eixo franco-alemão, que esteve durante vários anos no centro da construção europeia.

Aproveitando esse vazio ocorreu, em particular durante as presidências finlandesa e portuguesa, uma forte concertação entre Tony Blair e José Maria Aznar, facto que tem sido interpretado como o surgimento de uma nova força - o eixo Londres-Madrid. Uma aliança significativamente constituída por duas famílias políticas diferentes, cuja projecção futura é, por enquanto, imprevisível, mas que traduz da parte dos dois países uma inequívoca vontade de não permitir a sua exclusão da busca das soluções centrais para o futuro da Europa.

Talvez por isso, a França e a Alemanha parecem ter despertado da relativa letargia em que, neste domínio, se encontravam mergulhadas e resolveram aproveitar a próxima Presidência francesa para relançar, agora a partir de Berlim, do velho eixo Paris-Bona, surgindo a Conferência Intergovernamental como o primeiro objectivo desta concertação. E é também a essa luz que deve ser lido o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, proferido na Universidade de Humboldt, em Berlim, no passado dia 12 de Maio.

Um outro elemento de relevo para explicar estas novas iniciativas parece ser a situação do Euro, que tem seguido, nos últimos tempos, uma curva descendente, facto que tem criado instabilidade um pouco por todos os parceiros do "Euro 11", mas em particular na Alemanha, onde contribuiu para um crescendo de descontentamento da opinião pública face à Europa. Ciente desse facto, o Ministro Fischer, embora sublinhando que proferia o discurso a título individual, quis claramente demonstrar, no plano interno, que a Alemanha continua a estar na linha da frente do projecto europeu.

Passemos então a referir o essencial das questões colocadas e das propostas apresentadas por Joschka Fischer:

- Relembra a ideia de há cinquenta anos de Robert Schuman, visando a criação de uma "Federação Europeia" para a preservação da paz e vai desenvolvendo ao longo do seu discurso a sua própria perspectiva para o futuro da Europa.

- Aponta como desafios importantes a Conferência Intergovernamental, o próximo alargamento da Europa, o Euro e o desenvolvimento de uma política externa e de defesa comuns, mas afirma que a sua "visão" vai mais longe e pretende ser um contributo muito para além da próxima década. Reafirma, contudo, que as suas

ideias são expressas a título pessoal e não constituem uma declaração sobre o posicionamento da República Federal da Alemanha.

- O processo de integração europeia tem conhecido vários pontos de viragem como foi o caso do Conselho Europeu de Maastricht que introduziu o Euro, do de Tampere que deu um importante contributo para o desenvolvimento de uma área comum de Justiça e Segurança Interna, ou ainda dos de Colónia e Helsínquia, que marcaram avanços para o desenvolvimento de uma política de defesa e segurança comuns. Não faz, contudo, qualquer menção aos resultados do Conselho Europeu de Lisboa, em Março passado.

- O alargamento é de "supremo interesse nacional" para a Alemanha e deverá ter lugar no curto prazo.

- Haverá que resolver o binómio alargamento versus capacidade de actuar da União Europeia. Este desafio - ou mesmo "revolução" - só poderá ser vencido através de um esforço conjunto entre a Alemanha e a França.

- Quo vadis Europa ? é a questão a que urge responder. Qualquer impasse ou retrocesso no processo de integração europeia seria fatal, chegando mesmo a afirmar que isso seria particularmente verdade para a Alemanha e para os alemães.

- Para ultrapassar os actuais desafios deveria ter lugar a transição de uma união de Estados para uma total parlamentarização numa Europa Federal. Tal ideia implicaria a existência de um Parlamento Europeu e um Governo Europeu com reais poderes legislativos e executivos. A Federação assim criada teria por base um tratado constituinte.

- O novo passo em prol da construção europeia teria de envolver os Estados-Nação, pois só dessa forma o projecto seria viável, tendo em conta as dificuldades que apresenta. O sucesso dependeria de uma repartição da soberania entre a Europa e os Estados-Nação, o que pressuporia a introdução prática do conceito de subsidiariedade.

- Propõe para o Parlamento Europeu um modelo assente em duas câmaras. Uma primeira para membros eleitos, também membros dos Parlamentos nacionais. A segunda câmara poderia assentar no modelo de um senado de tipo norte-americano ou na ideia de uma câmara de estados na linha do próprio Bundesrat alemão.

- Para o Governo europeu existiriam duas alternativas: desenvolver o Conselho Europeu ou partir da Comissão, procedendo à eleição directa do seu Presidente, o qual disporia de vastos poderes executivos.

- A Conferência Intergovernamental deveria ser o primeiro passo para preparar o futuro, devendo nela ser colocadas elevadas prioridades.

- Divide o caminho para a sua Federação em três etapas:

* Primeiro, a expansão das cooperações reforçadas, em termos a resolver no quadro da Conferência Intergovernamental.

* Depois, uma fase intermédia caracterizada pela criação de um centro de gravidade constituído por um núcleo de Estados que entre si concluiriam um novo Tratado.

* O último passo seria a constituição da Federação Europeia, o que implicaria um acto político de refundação da Europa.

O discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão pretende de facto ser um contributo para uma visão de longo prazo sobre o futuro da União Europeia. Mas, em simultâneo, destina-se a colocar pressão sobre o curto prazo, pois nomeia a Conferência Intergovernamental que actualmente decorre como a primeira etapa a ultrapassar no percurso que elege.

A natureza do exercício é similar à proposta efectuada, em 1994, por Karl Lamers e Wolfgang Schäuble que também propuseram a criação de um núcleo central no quadro da União Europeia. E, ainda que feito a título pessoal, é a tradução concreta de uma renovada vontade alemã de influir decisivamente no processo de integração europeia.

Este contributo de Fischer para uma visão europeia a longo prazo, embora provindo de um ministro "verde" integrado num governo liderado pelo SPD, parece sobretudo corresponder ao interesse das diversas forças políticas do "establishment" alemão. O governo germânico está a testar verdadeiramente até onde pode ir em termos de integração na União Europeia, mas também o próprio peso da RFA neste contexto. Vejam-se os acordos franco-germânicos sobre a Conferência Intergovernamental e a forma como neles Berlim terá já aparentemente convencido Paris de que o seu peso no equilíbrio de forças da União deve ser superior ao dos demais Estados-membros ditos de grande dimensão (França, Reino Unido e Itália).

Mas a proposta de Fischer tem pelo menos um mérito: afasta-se dos modelos federais mais radicais, daqueles que apregoam o desaparecimento do Estado-Nação e reconhece, de forma explícita, o papel que aos Estados deverá ser reservado. O MNE alemão parece estabelecer uma conexão estreita e quase directa entre a reforma institucional e o alargamento - que é o grande projecto alemão -, colocando a tónica na urgência da concretização deste. Não deixa, além disso, de apontar as vantagens comerciais e outras de uma Europa alargada e unida sobre uma Europa dividida em que a Alemanha seria a principal perdedora.

Ainda segundo Fischer, o processo de integração pode conduzir a fases mais avançadas de integração, podendo caminhar para a transição de uma união de Estados para a total parlamentarização de uma Federação Europeia.

Para esse efeito aponta como primordial reconhecer o "Estado-Nação", pois na sua perspectiva o sucesso do projecto tem de assentar numa divisão da soberania entre a Europa e esse mesmo "Estado-Nação". Por isso, afirma, o verdadeiro princípio da subsidiariedade deveria assentar naquela partilha de poderes. E é ao desenvolver estas ideias que acaba por cair em contradição, ao começar por afirmar a necessidade de uma partilha de soberanias com áreas que seriam da competência da Federação e domínios da responsabilidade do Estado-Nação, para logo em seguida explicar que o que se pretende é uma Federação soberana.

Nesta matéria as propostas são, de facto, pouco claras, nomeadamente no que toca à tese da soberania plena ou partilhada, à questão da exclusividade e à consagração jurídica de uma diferenciação entre Estados. A arquitectura do projecto Fischer assenta, assim, num conjunto de ambiguidades.

Parece, contudo, claro que no decurso da Conferência Intergovernamental vão já surgir dúvidas quanto ao verdadeiro alcance deste exercício. Muito há para negociar no quadro da CIG e a introdução do debate sobre federalismo ou não federalismo poderá perturbar - e muito - o seu funcionamento. Estamos envolvidos num processo de construção em que os avanços terão de ser dados com passos firmes. O momento exige sobretudo bom senso e não qualquer excesso de voluntarismo que poderá criar fortes divisões no seio dos "Quinze".

Exercícios como o agora feito pelo MNE alemão são interessantes no plano das ideias. Mas podem ser politicamente contraproducentes, ao contribuir para a criação de um fosso entre os que querem uma União Europeia mas integrada e aqueles que defendem uma política gradualista de pequenos passos.

No seu discurso, Fischer sustenta que a sua visão futura da Europa, iniciando-se com as cooperações reforçadas virá a culminar na ideia de Robert Schumann de uma Federação Europeia, através de um verdadeiro processo de refundação da Europa. Mas a declaração de Schumann entendia, diversamente, que a Europa não se faria de uma só vez, mas através de realizações concretas, sendo necessário em primeiro lugar estabelecer solidariedades efectivas. E além disso – talvez mesmo antes disso – não concebia uma Europa “hors de l'égalité totale” entre os Estados membros.